

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA CULTURA

Despacho conjunto n.º 811/2005. — Considerando o elevado interesse em assegurar a participação portuguesa na Bienal Internacional de Arquitectura de São Paulo, cuja 6.ª edição se realizará de 22 de Outubro a 11 de Dezembro de 2005, determina-se o seguinte:

1 — É nomeado o arquitecto Pedro Bandeira para, no âmbito da referida participação, desenvolver o projecto de intervenção para o espaço da representação oficial portuguesa, bem como escrever os textos e disponibilizar todos os elementos necessários para o catálogo, coordenando também todas as tarefas indispensáveis à concretização atempada da representação portuguesa.

2 — No desempenho das suas funções, o arquitecto Pedro Bandeira terá o apoio técnico do Gabinete de Arquitectura e Design, do Gabinete de Internacionalização e do Gabinete de Comunicação do Instituto das Artes, organismo dependente do Ministério da Cultura que será responsável pela organização e produção do evento, bem como da gestão orçamental do projecto.

26 de Setembro de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho n.º 22 158/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para o exercício de funções de secretariado Ondina Almeida Rodrigues Barata, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, requisitada nesta Direcção-Geral.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2005.

12 de Outubro de 2005. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

Despacho n.º 22 159/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para o exercício de funções de secretariado Maria Arlete da Silva Fernandes Esse Álvares, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Pública.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2005.

12 de Outubro de 2005. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 9260/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral dos Impostos, é renovada a comissão de serviço no cargo de director de finanças de Braga, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, com a nova redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, do gestor tributário Armindo Teixeira Borges. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Outubro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Aviso n.º 9261/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros de 11 de Outubro de 2005:

Cristina Maria Boavida Paulo Gil, Maria Isabel Filipe Marcelino Nunes Saraiva, Maria de Fátima Dias Rola Caldeira Lopes e Maria Cândida Calapez de Oliveira, assistentes administrativas principais de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros — promovidas, precedendo aprovação em concurso, à categoria de assistente administrativa especialista do mesmo quadro, ocupando os lugares de dotação global, aprovados pela Portaria

n.º 458/98, de 30 de Julho, considerando-se exoneradas da categoria anterior a partir da data de aceitação dos novos lugares.

Sandra Maria Dunhão Matos Lemos, assistente administrativa principal de nomeação definitiva do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral da Acção Social — promovida, precedendo aprovação em concurso, à categoria de assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, indo ocupar lugar criado pela Portaria n.º 458/98, de 30 de Julho, e ainda não provido, considerando-se exonerada da categoria anterior a partir da data da aceitação do novo lugar.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Outubro de 2005. — A Directora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, em regime de substituição, *Maria de Fátima Braz*.

Instituto de Seguros de Portugal

Regulamento n.º 72/2005. — *Norma n.º 11/2005-R — índices.* — Considerando que o capital seguro pelas apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza», tal como o de outras apólices, como as de multirrisco habitação, se encontra, frequentemente, indexado a um índice a publicar pelo Instituto de Seguros de Portugal;

Tendo presente que o índice relativo a edifícios é, em determinadas circunstâncias, de aplicação obrigatória aos contratos de seguro contra o risco de incêndio, nomeadamente nas fracções autónomas e partes comuns dos edifícios em regime de propriedade horizontal;

Atendendo a que os índices publicados pelo Instituto de Seguros de Portugal têm como objectivo fornecer aos consumidores de seguros um valor de referência que contribua para evitar, de forma expedita, a desactualização dos contratos contra o risco de incêndio;

Considerando, por último, que compete sempre aos tomadores de seguros, mesmo dos obrigatórios, certificarem-se dos valores a segurar, tendo em conta, entre outras, as eventuais variações regionais face aos índices de âmbito nacional e as alterações dos bens seguros:

O Instituto de Seguros de Portugal, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do seu Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de Novembro, emite a seguinte norma regulamentar:

Os índices a considerar nas apólices com início ou vencimento no 1.º trimestre de 2006 são os seguintes:

Índice de edifícios (IE) — 299,29;

Índice de recheio de habitação (IRH) — 234,04;

Índice de recheio de habitação e edifícios (IRHE) — 273,19.

(Base 100: 1.º trimestre de 1987.)

11 de Outubro de 2005. — O Conselho Directivo: *António Osório*, vice-presidente — *Rodrigo Lucena*, vogal.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa

Despacho (extracto) n.º 22 160/2005 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 4 de Outubro de 2005:

Sargento-chefe ART NIM 06755077, António Luís Alves Varela — nomeado, precedendo anuência do general Chefe do Estado-Maior do Exército, para desempenhar funções na Divisão de Controlo de Importações e Exportações da Direcção de Serviços de Contratos, Programação e Controlo de Importações e Exportações da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, do Ministério da Defesa Nacional, em comissão normal, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro, com efeitos reportados a 12 de Setembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Outubro de 2005. — O Director-Geral, *Fernando de Campos Serafino*.

Despacho (extracto) n.º 22 161/2005 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 4 de Outubro de 2005:

Major ADMIL NIM 01105085, Aquilino José António Torrado — nomeado, precedendo anuência do general Chefe do Estado-Maior do Exército, para desempenhar funções na Divisão de Administração, Programação e Execução de Contratos da Direcção de Serviços de Contratos, Programação e Controlo de Importações e Exportações da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos